

É BOM SABER

TXUCAHAMÃE: HISTÓRIA DO CONFLITO

Final de março. Um grupo Kayapó Mekranoti, da aldeia do Posto Kretire, ao norte do Parque Nacional do Xingu, no Mato Grosso, tomou as manchetes dos jornais: os índios Txukahamãe seqüestraram a balsa que fazia o transporte de pessoas e veículos de uma margem a outra do trecho Cuiabá-Santarém da BR-080 cortado pelo rio Xingu. Os índios protestavam contra a invasão de suas terras pelos fazendeiros da região e exigiam a presença do então presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai) para negociar no Xingu. Ferreira Lima não foi ao encontro dos índios, e acabou sendo demitido, em 30 de abril, da presidência do órgão.

A estrada BR-080, que cortou o norte do Parque do Xingu em 1972, foi fixada como novo limite norte do parque para tomar aos índios uma fértil região cobrada por fazendeiros locais. Parte dos Mekranoti foi convencida a se transferir para o sul da estrada, e outro grupo, recusando se transferir, fundou a aldeia Jarina. Por causa disso, foi interditada uma reserva Jarina ainda não demarcada. Os Txukahamãe, entretanto, nunca aceitaram a perda de suas terras.

Começaram os conflitos ao longo da estrada e as reivindicações dos Txukahamãe. Enquanto isso, várias fazendas se instalaram na faixa desocupada. Oito anos depois da construção da BR-080, em 1980, o então presidente da Funai, coronel Nobre da Veiga, assinou um pacto com os Txukahamãe segundo o qual a estrada seria desativada e realocada no paralelo 13, reintegrando parte das terras indígenas ao perímetro do parque.

Promessas não cumpridas. Continuaram as pressões dos índios e aumentou a tensão com as fazendas e o povoado de São José do Xingu (conhecido como São José do Banguê-Banguê).

Em 23 de março último, Ferreira Lima era esperado para mais uma reunião em Kretire e não apareceu. Os índios ficaram extremamente insatisfeitos e decidiram levar a balsa para o Posto. Transformaram em reféns todos os funcionários da Funai no parque, inclusive seu próprio diretor, Cláudio Romero. Os Txukahamãe inauguraram as bases para a negociação ao recusar a primeira proposta do governo, surgida após reunião entre representantes da Funai e os fazendeiros da região: a interdição de uma faixa de 15km ao longo do rio Xingu. Os índios queriam que esta faixa interditada fosse de 40km por 60km, para distanciar as fazendas da propriedade indígena.

O impasse continuava. A área estava completamente isolada e poucas eram as informações que chegavam. Temia-se a intervenção policial e militar, além de retaliações, como a ameaça de demissão dos funcionários mantidos como reféns, acusados de insuflar os índios. Ferreira Lima se negou a comparecer ao Xingu até o fim, mas chegou a mandar representantes, que acabaram sendo também transformados em reféns. Os índios mantiveram-se firmes, embora os estoques de comida já fossem escassos e alguns reféns estivessem doentes. Dia 30 de abril, Ferreira Lima foi demitido e, em 2 de maio, os índios conseguiram um novo pacto: a demarcação de uma faixa de 15 por 70 quilômetros. Em troca, os reféns foram liberados e voltaram à Brasília. No dia 8, Jurandy Marcos Fonseca assumiu a presidência da Funai e nomeou dois índios para cargos de direção no órgão.

OS ÍNDIOS VÃO À LUTA — E GANHAM

Jurandy Marcos Fonseca foi escolhido, dia 8 de maio, presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai). No mesmo dia, nomeou dois líderes indígenas para cargos de direção no órgão: o txukahamãe Megaron é o novo diretor do Parque do Xingu, enquanto Marcos Terena, nascido na aldeia de Taunay (Mato Grosso do Sul), é o novo chefe de gabinete da Funai. Fonseca — cujo nome constava de uma lista tríplice apresentada pelos índios do Parque do Xingu e pelo deputado Mário Juruna (PDT-RJ) ao governo — assumiu o cargo em meio a uma séria crise na política indigenista do governo.

Sejam quais forem os rumos da Funai, o movimento dos índios marcou uma nova fase: a partir de agora, eles estão organizados e prontos a reivindicar seus direitos. Em encontro realizado em Brasília, cerca de um mês antes do desfecho da crise (4 a 6 de abril), os 400 índios presentes deixaram isso bem claro. Esta-

va-se em meio à crise que atingiu o Parque do Xingu. Os representantes de várias tribos espalhadas pelo país fizeram denúncias contra a Funai, que chegou a ser cercada por choques da Polícia Militar, temerosos de que os índios invadissem o órgão tutor.

Mas os índios não invadiram o órgão algum. Durante os três dias do encontro, eles repudiaram o projeto de lei do deputado João Batista Fagundes (PDS-RR), que lhes dá emancipação compulsória; criticaram o decreto que regulamenta a presença de empresas mineradoras nas áreas indígenas, e também o projeto do novo Código Civil que considera o índio não mais como relativamente incapaz, mas totalmente incapaz. O Segundo Encontro dos Povos Indígenas realizado no Congresso Nacional pelo deputado Mário Juruna foi acompanhado atentamente pelos líderes indígenas presentes, que se solidarizaram com os índios

do Xingu.

A presença dos índios em Brasília, no entanto, incomodou alguns membros do governo e do PDS — como o então presidente da Funai e pivô da crise indígena, Otávio Ferreira Lima, e o presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara Federal, deputado Diogo Nomura. No segundo dia do encontro, ao verificar a ausência do deputado Juruna, Nomura mandou que os participantes saíssem da sala da comissão, onde se reuniam, argumentando que não havia parlamentares presentes. Ao chegar, Juruna ficou irritado e mandou que os índios entrassem novamente. Criticando o governo por submeter-se aos governos de outros países, como o dos Estados Unidos, sem respeitar seu próprio povo, Juruna investiu contra o deputado Nomura: "Aqui é casa do índio porque índio é brasileiro. O deputado é japonês."

É BOM SABER

O encontro dos índios foi preparado sem qualquer apoio da Funai que, ao contrário, acompanhou calada e de longe os acontecimentos. Quando acabou o encontro, no entanto, Ferreira Lima acusou os índios de receberem dinheiro de entidades estrangeiras, afirmando que foram gastos na organização do evento cerca de trinta mil dólares. Ele fez esta acusação quando se reuniu com a imprensa para falar da crise no Xingu, que, segundo garantiu, estaria sendo manipulada por brancos, liderados pelo então diretor do parque, Cláudio Romero.

Apesar do esforço da Funai para minimizar a importância da reunião indígena em Brasília — que, segundo Ferreira Lima, “não conseguiu juntar os líderes realmente expressivos das comunidades tribais” — os índios lotaram a sala da Comissão de Relações Exteriores, onde discutiram temas que envolvem a sua própria sobrevivência, tanto física como cultural.

Os índios lançaram, por exemplo, nota de repúdio ao decreto n.º 88.985/83, que dispõe sobre a “exploração de recursos minerais de interesse estratégico para o desenvolvimento nacional, localizados em terras indígenas”. Eles argumentam que são contrários à entrada de empresas de mineração em suas terras, porque essa exploração acarretará graves prejuízos ao bem estar físico das populações indígenas, especialmente aquelas ainda em estágio recente de contato com o branco, além de espoliar o seu patrimônio material e cultural. O decreto visa a exploração de minérios, especialmente na região sul do Pará, onde vivem os Kayapó, e na área dos Yanomani (Amazonas e Roraima), muito cobiçadas por garimpeiros e empresas de mineração devido ao ouro e à cassiterita ali existentes. Particularmente os Yanomani têm sofrido os efeitos das invasões. Surtos de doenças, como o sarampo, contra as quais os índios não têm resistência, já causaram várias mortes.

Indiretamente, outro projeto, do deputado João Batista Fagundes, também tem como alvo a exploração de minérios nas áreas indígenas, e foi denunciado durante o encontro. Os participantes afirmam que, ao facilitar a emancipação do índio, que atualmente só pode ser requerida a partir de um pedido à comunidade, o parlamentar está pensando na liberação das terras indígenas, especial-

mente de Roraima, território que ele representa na Câmara Federal.

Os índios fizeram várias denúncias sobre a invasão das reservas e cobram da Funai a rápida demarcação de suas terras. Em função da inadimplência da lei n.º 6.001/73, o Estatuto do Índio — segundo o qual a demarcação seria concluída até 1978 —, ocorrem atualmente sérios conflitos em todo o país.

Os índios estiveram também com o procurador-geral da República, Inocêncio Mártires Coelho, para discutir outro decreto presidencial, o de n.º 88.118/83, que modificou os critérios para a criação de áreas indígenas. Anteriormente, a não ser nos casos de reservas e parques, as áreas indígenas podiam ser criadas através de portaria administrativa do presidente da Funai. O decreto presidencial decidiu que, de agora em diante, cada caso, depois de apreciado pela Funai, será submetido a um grupo de trabalho integrado por representantes dos ministérios do Interior e Assuntos Fundiários e por outras áreas do governo direta ou indiretamente envolvidas. Só então a criação de determinada área indígena poderá ser aprovada ou não pelos ministros do Interior e de Assuntos Fundiários.

Uma das principais exigências dos participantes do Segundo Encontro dos Povos Indígenas foi a de maior participação dos índios nas decisões sobre as questões a eles relacionadas. Encaminharam um abaixo-assinado ao presidente Figueiredo pedindo a demissão de Ferreira Lima e apresentaram a primeira de uma série de listas tripliques que resultaram na escolha de Jurandy Fonseca para a presidência do órgão.

Os inúmeros problemas apresentados pelos índios no encontro de Brasília retrataram a sucessão de crises que a Funai vem enfrentando a partir de 1970, quando o governo desencadeou o Programa de Integração da Amazônia. Dezenas de estradas foram rasgadas na região, e muitas delas cortam áreas reconhecidas como pertencentes aos índios. Enfrentando falta de recursos, conflitos com outros órgãos do governo, distanciamento da comunidade científica e contando com presidentes e dirigentes nomeados sem a simpatia dos índios, a Funai tem sofrido constantes crises administrativas.

Fonseca é o quarto presidente do ór-

gão durante o atual governo, e herdou de Ferreira Lima uma das maiores crises da história da Funai. Para solucionar os problemas da fundação, alguns defendem que o órgão saia do Ministério do Interior e seja ligado diretamente à Presidência da República; outros, no entanto, acham que os problemas poderão diminuir com a nomeação de pessoas realmente interessadas na solução da questão indígena para a direção da Funai, com a maior participação dos índios nas decisões tomadas. A nomeação de Fonseca, Terena e Megaron servirá, no mínimo, para experimentar a segunda hipótese. ●

